

Ações Afirmativas, Movimento Social Negro e Educação em Perspectiva Histórica.

Queren de Araujo Mattos¹

Ahyas Siss²

Resumo

Este artigo está inserido no campo das relações étnico-raciais e educação superior brasileira, com seus olhares analíticos sobre o estudo das políticas de ações afirmativas étnico-raciais referenciadas. Trajetória incansável, histórico de lutas e buscas incessantes por reparações é o que define os processos históricos das organizações e buscas por direitos quanto à população negra. As ações afirmativas de promoção da igualdade racial ressignificaram e ainda ressignificam a luta pelo direito à educação no Brasil. O movimento social negro resguarda as diferentes formas procedimentais e tempos-espacos de produção, marcada por formar relações sociorraciais de combate às desigualdades para a população negra, o que têm feito surgir conhecimentos e experiências produzidos pelos sujeitos negros através de suas vivências políticas, sociais e culturais, transformando a ciência, a educação e a sociedade.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Cotas étnico-raciais; Democracia Racial; Educação; Movimento Social Negro.

AFFIRMATIVE ACTIONS, BLACK SOCIAL MOVEMENT AND EDUCATION: IN HISTORICAL PERSPECTIVE

Abstract

This article is inserted in the field of ethnic-racial relations and Brazilian higher education, with its analytical perspectives on the study of referenced ethnic-racial affirmative action policies. A tireless trajectory, a history of struggles and incessant searches for reparations is what defines the historical processes of organizations and searches for rights for the black population. Affirmative actions to promote racial equality gave and still give new meaning to the fight for the right to education in Brazil. The black social movement protects the different procedural forms and time-spaces of production, marked by forming socio-racial relations to combat inequalities for the black population, which have given rise to knowledge and experiences produced by black subjects through their political, social and cultural, transforming science, education and society.

Keywords: Affirmative Actions; Ethnic-racial quotas; Racial Democracy; Education; Black Social Movements.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc M/D - UFRRJ)

² Doutor em Educação. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc – M/D – UFRRJ). Membro da ABPN -Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – Membro da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

INTRODUÇÃO

Propõe-se neste espaço a discussão sobre as políticas de ações afirmativas para o acesso de negros (as) ao ensino superior, com a justificativa de que este tem sido o objeto de estudo significativo a partir das últimas décadas, uma vez que se há uma emergencialidade para produções científicas que abordem esta temática. Tão importante quanto os estudos e pesquisas correlatos a essa questão, são os olhares para os deslocamentos ocasionados pelas políticas públicas de ação afirmativa, seja na vida social ou profissional de quem a faz jus.

O Movimento Social Negro foi e ainda é o fundamental percussor das lutas por conjuntos as iniciativas de natureza política, educacional, cultural, de denúncia, de combate ao preconceito racial e às práticas racistas, de reivindicação, de mobilização e de pressão política na luta pela implementação de uma cidadania plena para a população brasileira em geral, em particular a população negra, atuando, portanto, em prol da igualdade e da valorização dos seres humanos. Sendo assim, o combate pela dignidade humana, pela igualdade de direitos, pelo respeito ao outro e pela reconfiguração do racismo é a luta antirracista da sociedade brasileira em bases mais justas, sólidas, igualitárias e democráticas.

Gomes (2017) afirma que o movimento negro é um educador social e que, além de permitir à compreensão das diferentes atuações do racismo, possibilita caminhos para combatê-lo. Este pensamento é o que orienta a reflexão neste artigo inserido no campo das relações étnico-raciais e educação superior brasileira. A autora defende que os saberes construídos pela população negra ao longo da sua trajetória social, cultural, política e nas lutas antirracistas são organizados e sistematizados pelo movimento negro, protagonista por produzir saberes o que nos possibilita compreender toda trajetória histórica e política de diversas reivindicações desse movimento social, ao longo do processo histórico.

Embora a trajetória da população negra organizada na luta por direitos e pelo direito às ações afirmativas já tenha sido foco de reflexões de uma literatura

especializada, torna-se primordial falar sobre o tema reportando a uma cronologia histórica, mesmo que breve, mas para reforçar a afirmação de que sem essas políticas em nosso país, estas não existiriam se não fosse à força reivindicava e o viés político educador do movimento social negro. Sendo assim, consideram que esse movimento social é o principal responsável pela adoção das políticas de ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação.

Com uma sociedade brasileira desigual, o Estado pode ser o principal instrumento de eliminação dos altos índices de desigualdades existentes na sociedade no que se refere aos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, uma vez que acione políticas redistributivas que beneficiem a sociedade como um todo, em particular a população negra. A relevância sobre a responsabilidade do Estado não dispensa importante atuação da sociedade.

MOVIMENTO NEGRO SOCIAL: EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.

O protagonismo do Movimento Negro Social no Brasil, ao reivindicar o Estado brasileiro e a sociedade, apresentam políticas específicas de combate às desigualdades raciais através de pesquisas que abordam as condições de vida da população brasileira, evidenciando as diferentes formas organizativas e os mecanismos de afirmações identitárias, de denúncias contra o racismo brasileiro, principalmente no campo educacional, que analise as contradições, as dinâmicas, as complexidades e os desafios das relações raciais brasileiras.

Segundo o pesquisador e ativista Pereira (2008), o conceito de movimento (s) negro (s), é utilizado nos anos 70, quando grupos de negros começaram a usar o termo para designar o seu grupo e suas atividades. Entidades e militantes anteriores a este período já utilizavam, mas não com o significado atual de: "Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida da população afro-brasileira" (PEREIRA, 2008 p. 26).

Diversos autores discutem o conceito de *Movimento Negro*, mas, nosso primeiro olhar aqui é sob o que diz Gomes (2017) no cenário das Ações Afirmativas, em especial as cotas raciais. Elegemos como análise as duas importantes facetas abordadas pela autora, (1) a de imprescindível sujeito político e (2) a de educador social no decorrer e percorrer da história. O Movimento Social Negro é

o propulsor das mudanças do cenário político no passado e sem ele, possivelmente não existiriam as conquistas alcançadas nos últimos anos, por meio de muitas. Para traçar o caminho percorrido e compreender a grande importância deste movimento se faz necessário partir de um contexto histórico-social o qual esta luta originou-se e que atualmente ocupa um lugar afirmativo no Brasil.

De forma breve, elencamos Domingues (2001) para falar sobre o Movimento Negro brasileiro, para o autor Luís Gama (1830-1882) é considerado o precursor da ideologia da negritude no Brasil cujo teve sua primeira edição publicada no ano de 1859, onde inauguraria o discurso de afirmação racial no país. Ainda que o movimento francês da negritude teve seu início no Brasil na década de 1940, através do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, inicialmente com a ideia de desenvolver uma dramaturgia negra no país, mas que foi adquirindo projeção, e com um caráter mais amplo e passou a atuar em diversas áreas, focando sempre na afirmação dos valores negros. De acordo com Abdias do Nascimento, um dos fundadores do TEN:

Negritude, em sua fase moderna mais conhecida, é liderada por Aimé Césaire e Leopoldo Sédar Senghor, mas tem seus antecedentes seculares como Chico-Rei, Toussaint L`Ouverture, Luís Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Yomo Deniata, Lumumba, Sekou Touré, Nkrumah e muitos outros. Trata-se da assunção do negro ao seu protagonismo histórico, uma ótica e uma sensibilidade conforme uma situação existencial, e cujas raízes mergulham no chão histórico-cultural. Raízes emergentes da própria condição de raça espoliada. Os valores da Negritude serão assim eternos, perenes, ou permanentes, na medida em que for eterna, perene ou permanente a raça humana e seus subprodutos histórico-culturais. (Nascimento, 1968, p.50.).

O conceito de negritude se dimensionou no país com o tempo, aumentando a sua inserção social e adquirindo novos significados. Após o final da década de 1970, passou a ser de consciência racial do negro brasileiro. No terreno cultural, a negritude se expressava pela valorização dos símbolos culturais de origem negra, como por exemplo o samba, a capoeira, através das religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé e no campo da política, através da luta antirracista, organizada pelas centenas de entidades do movimento negro.

A ideologia da negritude foi um movimento de resgate o qual se insurgiu contra o racismo imposto pelo branco no contexto da opressão colonial. A proposta de sua criação era repudiar os valores estéticos da civilização ocidental, que através de poetas, romancistas, etnólogos, filósofos e historiadores restituíram um passado demonstrando o valor de sua cultura na medida em que foi se ampliando, a proposta de recuperação da personalidade negra como forma de modelo de atuação nas esferas política, econômica e social. Com o avanço na história, essa tendência se manteve ao longo de todo o século XX. Suas organizações desempenham diversos papéis para a população negra e em muitos casos se configuram como instâncias educativas, na medida em que seus sujeitos participantes as transformaram em espaços de educação política.

Sendo assim, pautados na dinâmica do racismo e da exclusão da população negra, de acordo com Siss (2014) no âmbito do ensino superior público atualmente presente-se modificada quando comparada as existentes até os meados do século passado e, ainda após a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida na África do Sul, em Durban, no ano de 2001, a dinâmica dessa exclusão ou a inserção da população negra no ensino superior, de forma precarizada, ainda é um fato inegável quando comparado ao segmento étnico-racial branco brasileiro.

Como forma de combate muitos intelectuais, negros ou não negros, do meio acadêmico ou fora dele, do Movimento Negro Nacional e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), juntos a outras forças tentam modificar essa situação.

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria sido aprendido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p.10)

Em perspectiva histórica, as discussões sobre as necessidades, constitucional e a eficácia ou não da implantação das políticas de ação afirmativas racialmente definidas, por parte do estado, nas últimas décadas do século XX,

ocorriam, quase sempre, no âmbito das organizações do Movimento Negro Nacional, de mulheres e dentre outros, assim como em alguns espaços acadêmicos. Tais discussões tencionavam-se, quase sempre, em experiências internacionais de políticas de ação afirmativa, assim como as existentes na sociedade brasileira, principalmente na modalidade de cotas étnico-raciais, beneficiando diferentes segmentos específicos da população nacional, ainda que nem sempre fossem etnicamente orientados.

Não obstante a ação coletiva histórica na trajetória dos caminhos direcionados à conquista por uma cidadania plena, por parte da população negra, o resultado das análises desenvolvidas no campo centrado entre educação e as desigualdades raciais brasileiras, ainda que reafirme o fundamental papel protagonizado pelo Movimento Negro Social nacional, na defesa dos direitos constitucionais para negros (as) indicam que as práticas, realizações, análises e propostas desse movimento negro social têm obtido eficiência apenas relativa, quanto à tarefa de influenciar o Estado a promover e de garantir bases sólidas na cidadania plena desse grupo étnico-racial.

De forma a pensar nas demandas, pressões e realizações desse movimento social, no que se refere o Estado, o poder público coloca a população negra no fim da fila aos benefícios a quem se têm os direitos. Como pertencente a essa população, torna-se inaceitável esse modelo desigual e perverso de relações instituídas socialmente entre nós, que configura e estrutura a sociedade brasileira sobre bases injustas, promovendo, produzindo e reproduzindo situações de iniquidade social.

A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

A educação ocupa um lugar histórico e fundamental nos processos de construção a cidadania plena aos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros. Cuidadasas pesquisas nas áreas de relações étnico-raciais, desenvolvidas por estudiosos como, por exemplo, Gomes (2017); Munanga (1996); quando relacionadas à educação e cidadania, permitem identificar a educação como um dos principais e poderosos mecanismos de estratificação social.

Em comum acordo com Gomes (2017), a Equidade Racial na educação é uma necessidade emergente do século XXI. Mais uma vez o Movimento Social Negro apresenta-se como protagonista na história, mas aqui se relaciona com o

âmbito educacional. A interlocução entre a educação, os movimentos negros sociais e as relações étnico-raciais, cientificamente correspondem à relevância da luta contra as desigualdades raciais que, como forma de se pensar a democratização da educação como um direito social, deve garantir os direitos às diferenças, quanto aos enfrentamos ao implementar as políticas públicas que superem as desigualdades sociais e raciais.

O sistema educacional no Brasil foi e ainda é um objeto de estudos na linha relativa que estabelece o papel da educação e do conhecimento como fator importante no processo de desenvolvimento econômico e social. Este pensamento foi uma das bases que motivaram a elaboração de políticas públicas de expansão do ensino no Brasil, tais quais marcaram um contexto histórico e político ocorrido no Século XX.

Segundo Souza (2022), com a política de expansão do acesso ao ensino de graduação nos últimos anos e o advento das ações afirmativas, a realidade educacional vem se modificando, com maior acesso, de forma geral, das classes populares às universidades públicas. Mas, ainda assim este acesso representou (e ainda representa) um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.

As mudanças na educação brasileira, nas últimas décadas, pautadas na Constituição de 1988 (CF/1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - as duas principais legislações que fundamentam e orientam as políticas educacionais - tem essas leis como fundamentais documentos norteadores quanto ao processo de reorganização social que reformulou as bases sociais do país após duas décadas de ditadura militar e também no contexto do processo de reorganização do movimento negro social, que se tornou atuante fundamental na elaboração dessas leis.

Como um dos elementos centrais entre as reivindicações apresentadas pelo movimento negro social, está à educação. Esta confirmação se dá mediante a uma perspectiva histórica, pois ao analisar o passado, em específico na década de 80, identificamos denúncias ao estado de precariedade da escolarização da população negra brasileira no âmbito de produções acadêmicas e aos encontros dos atuantes do movimento negro, com pauta nos problemas da educação. Em ambos os momentos e épocas o objeto tratado é a educação, pois esta era e ainda é uma produção que emerge com os militantes negros.

A preocupação aqui não é avaliar as propostas do movimento negro social, mas sim os impactos representados no processo de elaboração quanto às

reivindicações na área educacional e as transformações nas diretrizes políticas educacionais. A relevância de trazer essa questão para o debate acadêmico se dá mediante a realidade política brasileira contemporânea que precisa reafirmar a importância do Movimento Negro Social atribuído à educação, assim como a sua luta e organização como principal ator nos processos decisórios.

Em relação à questão étnico-racial o que está em debate são as questões do mito em que vivemos em uma sociedade democrática racialmente, onde nenhum grupo tem prejuízos, tendo o Brasil solucionado em qualquer conflito a questão racial. Pensamento de uma abordagem que anula as desigualdades sociais como de origem racial, responsabilizando o movimento negro social como uma ameaça no cenário que a educação é compreendida como uma política pública voltada para cidadania universal, homogeneização cultural.

Outro ponto é a perspectiva de que o mito da democracia racial é a causa para a persistência do racismo no Brasil, perspectiva esta que é historicamente comprovada, uma vez que houve e ainda há formas de inferiorização da população negra, que teve péssimas condições de vida e ainda está em constantes lutas por direitos igualitários dentro da sociedade brasileira. O combate ao racismo acontece através da explicitação das hierarquias raciais introduzido nas estruturas da sociedade, a qual foi denunciada pelo movimento negro. Pautados nessa perspectiva, compreendemos a responsabilidade de se evidenciar que a política educacional precisa considerar a realidade sociocultural e a diversidade racial da sociedade brasileira.

A reivindicação por uma educação democrática, como uma das estratégias de combate ao racismo, sempre foi um dos temas centrais das lutas do movimento negro do passado e do presente. Podemos observar como ela comparece nas pautas das várias organizações negras do século XX, sempre acompanhada de denúncia de que as pessoas negras não acessavam a Educação Básica como um direito, de que a maioria das crianças negras não estava presente na escola básica e, quando conseguiam cursá-la, era sempre em situação de desvantagem quando comparadas com as brancas. Fazia parte dessas reivindicações, também, a constatação de que a juventude negra sequer colocava a Educação Superior no seu horizonte como possibilidade de estudo e de formação.

AÇÕES AFIRMATIVAS E A EDUCAÇÃO: REPARAÇÃO OU COMPENSAÇÃO.

De acordo com Santos (2018):

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, adotadas pelo poder público ou pela iniciativa privada, que objetivam mitigar desigualdades historicamente acumuladas, promover a igualdade de oportunidades e compensar prejuízos decorrentes da discriminação passada ou presente. (SANTOS, pág.23, 2018.)

A saber, esta política pública originou-se no século XX nos Estados Unidos das Américas (EUA), precisamente nos anos 60, de maneira a atribuir atos promovidos para a igualdade entre os negros e não negros norte-americanos. A luta das Ações afirmativas foi trazida para o Brasil, através do movimento negro brasileiro quando identificou as ausências de negros no meio acadêmico de ensino superior.

Alguns autores que discutem as relações étnico-raciais no Brasil e que estão envolvidos em debates sobre as ações afirmativas, utilizam o conceito de reparação histórica, no sentido compensatório das desigualdades. Esse conceito que se refere ao passado histórico é utilizado por grupos que compartilham o entendimento de que a sociedade é atravessada pela colonialidade, período histórico passado que preserva ações sociais de hierarquização e opressão pautadas na diferença, não só de raça, mas também de gênero e sexualidade.

De acordo com Oliveira e Costa (2015), - as ações afirmativas são formas de intervenção que objetivam a eliminação da discriminação ou a implementação de mecanismos de "discriminação positiva" nas relações sociais, sejam elas - trabalhista, política, econômica, cultural, educacional, entre outras - que visam o combate as diversas formas de desigualdade social.

As Ações afirmativas são políticas públicas criadas para corrigir as desigualdades raciais que permeiam na sociedade, buscando oferecer a igualdade de oportunidades, combatendo a discriminação, o preconceito e o racismo. Munanga (2007) argumenta de maneira favorável à adoção das políticas de ação afirmativa no Brasil, visando seus resultados positivos alcançados:

As chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de "equalopportunity policies", ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias. (MUNANGA, 2007, p. 1)

No que tange as desigualdades no acesso à educação universitária que se situam no cenário das políticas públicas de ação afirmativa no ensino superior, especificamente a política de cotas étnico-raciais expressa na Lei nº 12.711/2012, tem como pauta diminuir as desigualdades sociais e raciais acumuladas no decorrer de toda história. No Brasil, este tema repercutiu durante a primeira década do século XXI, com debates que na ocasião se dividiu e ainda continua dividindo opiniões, mas este envolveu diversos atores políticos, seja na sua defesa e as contrárias a elas.

Oliveira e Costa (2015) consideram que as ações afirmativas denunciam a complexidade, pluralidade, fragmentação e desigualdade social que resultam de um processo de luta por reconhecimento, valorização e reparações dos grupos historicamente discriminados no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas marcadas por raça, gênero, econômica etc.

Sendo assim, a reparação enquanto direito é um argumento favorável no que se constitui a prática de uma política afirmativa, ainda que exista contradições impostas pelo processo de miscigenação do país, que desafia a afirmação da identidade negra, trata-se de um conceito que está mais perto da justiça social e combate à desigualdade atualmente na sociedade, culminadas historicamente por toda violência e exploração sofrida pela população negra.

CONCLUSÃO

A principal conclusão deste trabalho é a defesa das políticas públicas de ações afirmativas étnico-raciais, como forma de combate a discriminação, ao preconceito e ao racismo intrínsecos na sociedade. Mediante ao trabalho exposto, o processo histórico sobre os movimentos negros, mesmo que apresentado de forma breve permitiu reafirmar que a população negra ainda sofre discriminações, e que vivemos em uma sociedade extremamente racista que mata e exclui corpos negros, marginalizando-os socialmente.

É nesse contexto, que reafirmamos a importância dessas políticas de ações afirmativas como mecanismos que visam corrigir possíveis desigualdades históricas na sociedade. É possível afirmar que os avanços referentes ao direito à educação foram conquistados a partir da trajetória de lutas do movimento negro no Brasil, mediante a um cenário de exclusão, surge a necessidade de se pensar políticas que garantissem o mínimo de direitos a esses corpos marginalizados socialmente. Esta temática ainda é emblemática, pois sabemos que no Brasil existe o preconceito racial e que a discriminação é o ato dessas construções ideológicas que marginalizam indivíduos em razão de suas características fenotípicas (cor da pele, traços faciais e textura dos cabelos).

É importante que todos os espaços debatam as questões raciais de forma a responsabilizar o Estado e a sociedade para que os direitos da população negra se cumpram, respeitando toda trajetória de lutas e conquistas desses corpos que morrem diariamente, que são negligenciados pelo Estado brasileiro, desmistificando a democracia racial e reafirmando a urgência de práticas antirracistas que diminuam as desigualdades sociais. Sendo assim, as políticas de ações afirmativas constituem grande avanço e negar essa necessidade de reparação social é reforçar o racismo em um país de maioria negra, reforçando o etnocentrismo.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

_____. Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10.639/03: Breves reflexões. Modos de fazer, p. 19, 2010.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

_____. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.

_____. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: _____ et al. (Org.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p. 218-234.

Munanga, K. (2001). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e cultura*, 4(2).

Nascimento, Abdias do. O negro revoltado. Rio de Janeiro: GRD, 1968. p. 50

OLIVEIRA, O. F.; COSTA, R. D. Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da UFRRJ: reflexões preliminares. OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA DO SUDESTE (OPAAS), p. 7, 2015.

PEREIRA, Amauri Mendes. Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, p. 463-482, 2003.

SISS, Ahyas. Ações Afirmativas, Educação Superior e Neabs: Interseções Históricas. **(SYN) THESIS**, v. 7, n. 2, p. 181-190, 2014.

SISS, A.; FERNANDES, A. P. C. A experiência da UFRRJ com a implementação do curso de aperfeiçoamento em educação das relações étnico-raciais: em favor de um protagonismo afro-brasileiro na educação básica. *REPECULT - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura* [online], Rio de Janeiro, n. 1, p. 24-35, 2016.